

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRAS
CNPJ: 41.522.277/0001-61
Av. Francisco da Costa Veloso, Nº 620 - Centro
Cabeceiras – Piauí



LEI Nº 026, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre o Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M para produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo humano e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CABECEIRAS DO PIAUÍ, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições que lhe confere na Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no município de Cabeceiras do Piauí o Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente destinado a proceder a inspeção e fiscalização sanitária dos produtos de origem animal e vegetal.

§ 1.º Ao Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M compete a fiscalização e inspeção sanitária para a industrialização e beneficiamento de bebidas e alimentos destinados ao consumo humano de origem animal e/ou vegetal, em conformidade com as Leis Federal nº 9.712 de 20/11/1998, nº 1.283 de 18/12/1950, nº 7.889 de 23/11/1989 e o Decreto Federal nº 5.741, de 30/03/2006, que instituiu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

§ 2.º Cabe ao Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M a realização das atividades de inspeção e a fiscalização de produtos de origem animal e vegetal que façam apenas o comércio municipal, dar cumprimento às normas estabelecidas e aplicar as penalidades previstas na presente lei.

Art. 2º - A inspeção e fiscalização de que trata a presente lei abrange os aspectos industriais e sanitários dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito em todo o município.

Art. 3º - São sujeitos à inspeção e fiscalização previstas nesta Lei os animais destinados ao abate, carnes e seus derivados, o pescado e seus derivados, os ovos e seus derivados, o leite e seus derivados e os produtos de abelhas e seus derivados, comestíveis ou não comestíveis, com adição ou não de produtos vegetais.

Art. 4º - A inspeção sanitária de bebidas e alimentos de origem animal e/ou vegetal processados para o consumo humano refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação, controle sanitário e fiscalização, compreendido desde a matéria prima até a elaboração do produto final.

§ 1.º Para fins desta Lei, entende-se por processamento ou elaboração de produtos de origem animal e vegetal, o procedimento utilizado na obtenção de produtos destinados ao consumo humano que tenham características tradicionais, culturais ou regionais, ainda que, produzidos em pequena escala, obedecidos aos parâmetros fixados em regulamento publicado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Art. 5º - A inspeção e a fiscalização dos produtos de origem animal e vegetal serão realizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente através do Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M.

I – nos locais de produção que recebem animais para o abate, matérias-primas, produtos, sub-produtos e seus derivados, de origem animal e vegetal, para beneficiamento ou industrialização com o objetivo de obtenção de bebidas e alimentos para consumo humano.

II – nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal e vegetal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal e vegetal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

§1º - As atividades de inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal serão realizadas por médicos veterinários, contratados em caráter temporário, pelo prazo da realização da inspeção, nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal, de natureza administrativa, com o fito de atender necessidade de excepcional interesse público, e auxiliares com, no mínimo, ensino médio e efetivos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

§2º - As atividades de inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal serão realizadas por agrônomos, contratados em caráter temporário, pelo prazo da realização da inspeção, nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal, de natureza administrativa, com o fito de atender necessidade de excepcional interesse público, e auxiliares com, no mínimo, ensino médio e efetivos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Art. 6º - A inspeção e a fiscalização dos produtos de origem animal serão exercidas em caráter periódico ou permanente, segundo as necessidades do serviço.

§1º A inspeção será feita periodicamente nos estabelecimentos de carnes e derivados que abatem as diferentes espécies de açougue.

§2º Todas as ações de inspeção e fiscalização sanitária serão executadas visando um processo educativo, sem, no entanto, prejuízo da aplicação de sanções cabíveis.

Art. 7º - Nenhum estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal e vegetal poderão funcionar no município sem que estejam previamente registrados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente na

forma da regulamentação da presente Lei e demais atos normativos que venham a ser instituídos.

§1º - As licenças para instalações e funcionamento de qualquer estabelecimento de produtos de origem animal e vegetal dependerá da prévia aprovação de projetos de construção e instalação pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

§2º - Os produtos de origem animal e vegetal, satisfeitas as exigências legais terão livre circulação municipal.

Art. 8º - Fica expressamente proibida em todo o território municipal para os fins desta Lei a duplicidade de fiscalização industrial e sanitária em qualquer estabelecimento.

Art. 9º - As autoridades de saúde pública quando na função de inspeção e fiscalização de alimentos comunicarão ao Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M os resultados das análises sanitárias que realizarem nos produtos e subprodutos de origem animal apreendidos ou inutilizados nas diligências a seu cargo.

Art. 10 - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente através do Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M, disponibilizará apoio técnico laboratorial para as análises de produtos de origem animal e vegetal através de laboratórios oficiais credenciados ou conveniados.

Art. 11- Os estabelecimentos registrados que adquirirem produtos de origem animal ou vegetal para beneficiar, manipular, industrializar ou armazenar, deverão manter o registro de entrada e saída desses produtos constando obrigatoriamente a natureza e procedência.

Art. 12 - O município adotará para as infrações apuradas em inspeção industrial e sanitária para os produtos de origem animal em sua fiscalização o elenco de sanções previstas pelo artigo 14 da lei Estadual n. 6.939 de 02 de Janeiro de 2017.

§1º - As penalidade impostas na forma do *caput* serão aplicadas pelo dirigente do Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M responsável pela inspeção e fiscalização de que trata essa Lei.

Art. 13 - A infrações apuradas em inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal serão regulamentados posteriormente por decreto específico para esse fim.

Art. 14 - Compete ao Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente como última instância a decisão de todo e qualquer recurso administrativo quanto a matéria de que versa essa Lei.

Art. 15 - O produto da arrecadação decorrente da aplicação das multas previstas nesta lei ficará vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Art. 16 - Os casos omissos nesta lei ficarão sujeitos à legislação Estadual e/ou Federal vigente.

Art. 17. Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente constantes na Lei Orçamentária do Município.

Art. 18. Para efeito de cumprimento dessa lei, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente disciplinará em regulamentos distintos as diretrizes para inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal e vegetal.

Art. 19. O poder executivo regulamentará essa lei no prazo de 90 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cabeceiras do Piauí, em 17 de Setembro de 2020.


José Joaquim de Sousa Carvalho
Prefeito Municipal

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRAS
 CNPJ: 41.522.277/0001-61
 Av. Francisco da Costa Veloso, Nº 620 - Centro
 Cabeceiras – Piauí



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA – PI

Aprovado Em 12 e Discussão Unica
 o Conselho Ordem do Dia
 Sessão 30/11/2020
 - Presidente -

Aprovado Em 12 e Discussão Unica
 o Conselho Ordem do Dia
 Sessão 30/11/2020
 - Secretário(a) da Mesa -

EXTRATO DE CONTRATO

PROCEDIMENTO DE DISPENSA Nº 082/2020.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA – PI
CONTRATADA: M R DE OLIVEIRA QUADROS
CNPJ: 23.156.550/0001-08
ENDEREÇO: Rua Professora Rosa da Cunha Barros, nº 27, Esplanada, Teresina/PI.
OBJETO: Prestação de serviços de Decoração, ornamentação e montagem para a celebração do Natal em logradouros públicos do município de Água Branca-PI.
FUNTE DE RECURSOS: TESOURO MUNICIPAL/ RECURSOS PROPRIOS
VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
DATA: 07/12/2020
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, c/c art. 1º, II, b, da Lei nº 14.065/2020.
ASSINATURAS: Prefeitura Municipal de Água Branca-PI e M R DE OLIVEIRA QUADROS

Ordem de Dia 30/11/2020
 Sessão 30/11/2020
 - Secretário(a) da Mesa -

Ordem de Dia 30/11/2020
 Sessão 30/11/2020
 - Secretário(a) da Mesa -

CAMARA MUNICIPAL DE CABECEIRAS DO PIAUI/PI
 Visto em 30/11/2020
 - Presidente -

CAMARA MUNICIPAL DE CABECEIRAS DO PIAUI
 Ao Sr. PREFEITO MUNICIPAL
 Em 04/12/2020
 - Presidente -

CAMARA MUNICIPAL DE CABECEIRAS DO PIAUI/PI
 PROMULGADO
 Em 04/12/2020
 - Presidente -

A SANÇÃO
 Visto em 04/12/2020
 - Presidente da Câmara -

PREFEITURA DE CABECEIRAS DO PIAUI
 Lei nº 026/2020
 Sancionada em 02/12/2020
 - Prefeito Municipal -



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
 CNPJ: 06.554.760/0001-27
 SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DOS MONTES
 CNPJ: 41.522.251/0001-13 – Fone: (086) 3248-1191 / 1193 – Fax: (086) 3248-1259
 E-mail: prefeitura@buritidosmontes.pi.gov.br – Site: www.buritidosmontes.pi.gov.br



Água Branca (PI), 07 de dezembro de 2020.

EDITAL DE SELEÇÃO Nº 002/2020 DE 02 DE Dezembro DE 2020
 "PREMIAÇÃO E SUBSÍDIOS – CASA DE CULTURA ZÉ ZITO"
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2020 INCISO III - PRÊMIO CULTURAL DE BURITI DOS MONTES - PIAUÍ

ERRATA

No anexo I do Edital de Seleção Nº 002/2020 e Processo Administrativo Nº 084/2020:

Onde se lê =>

ANEXO I – CATEGORIAS (Edital 002/2020)

ITENS	LINHA DE APOIO	VAGAS	VR. UNT	VR. TOTAL
01	Grupo Musical – 02 Componentes	01	6.309,49	6.309,49
02	Grupo Musical – 03 Componentes	02	12.600,00	25.200,00
03	Grupo Musical – 04 Componentes	02	9.450,00	18.900,00
Total =====>				50.409,49

Leia-se =>

ANEXO I – CATEGORIAS (Edital 002/2020)

ITENS	LINHA DE APOIO	VAGAS	VR. UNT	VR. TOTAL
01	Grupo Musical – 02 Componentes	01	6.309,49	6.309,49
02	Grupo Musical – 03 Componentes	02	9.450,00	18.900,00
03	Grupo Musical – 04 Componentes	02	12.600,00	25.200,00
Total =====>				50.409,49

BURITI DOS MONTES -PI, 07 de Dezembro de 2020

Francisco Neudo Soares Monte
 Francisco Neudo Soares Monte
 Presidente da COPEL

PROCEDIMENTO DE DISPENSA Nº 082/2020

OBJETO: Prestação de serviços de Decoração, ornamentação e montagem para a celebração do Natal em logradouros públicos do município de Água Branca-PI.

ASSUNTO: Ratificação e celebração de contrato.

Com fulcro nos Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, c/c art. 1º, II, b, da Lei nº 14.065/2020, e no Parecer da Assessoria Jurídica deste Município, Ratifico a orientação técnica da Comissão Permanente de Licitações e determino a contratação da empresa **M R DE OLIVEIRA QUADROS, CNPJ: 23.156.550/0001-08** para a prestação dos citados serviços. O valor do contrato será de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme documentos que fazem parte deste processo.

Publique-se no prazo de 05 (cinco) dias.

Jonas Moura de Araújo
 Prefeito Municipal